

Plano de Trabalho

UECE Diferente

Professor Doutor Francisco Sales Ávila Cavalcante
Candidato a Reitor

Professor Doutor João Batista Carvalho Nunes
Candidato a Vice-Reitor

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2020

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Inovação	3
2.1. Gestão de pessoas na UECE	3
2.2. Melhorias organizacionais	5
2.2.1. Desenho Organizacional	5
2.2.2. Redesenho de processos	6
2.2.3. Virtualização de processos	6
2.3. Mudanças em setores estratégicos	7
2.3.1. Reitoria	7
2.3.2. Pró-reitorias	7
2.4. Acompanhamento discente	8
2.4.1. Programas de acompanhamento acadêmico ao discente na graduação	8
2.4.2. Uso de novas tecnologias e Big Data	9
2.5. Programas de fortalecimento das licenciaturas	11
2.6. Educação a distância na UECE	12
2.7. Construção e implementação de política institucional de inovação	14
2.7.1. Criação da Agência de Inovação	14
2.7.2. Redes de PD&I	16
2.8. Projetos especiais	16
3. Humanização	17
3.1. Condições de trabalho e estudo	17
3.2. Atenção à saúde mental	18
3.3. Política de acessibilidade	20
4. Transparência	22

1. Introdução

Este plano de trabalho é parte integrante dos documentos apresentados para a inscrição da Chapa UECE Diferente na consulta prévia de candidatura a Reitor e Vice-reitor da UECE. O documento está organizado sob os três eixos de nossa proposta de gestão: Inovação, Humanização e Transparência. Nesses eixos, apresentamos um texto diagnóstico e propositivo que afeta todos os segmentos da comunidade universitária: Alunos, Professores e Pessoal Técnico-administrativo. As propostas constantes no eixo Inovação tratam de ações ligadas à gestão de pessoas, à gestão acadêmica, ao acompanhamento discente, aos programas de fortalecimento das licenciaturas e à educação a distância. No eixo Humanização, tratamos de condições de trabalho e estudo, atenção à saúde mental e acessibilidade. Ao final, apresentamos propostas que nos fortaleçam como instituição transparente e participativa.

2. Inovação

2.1. Gestão de pessoas na UECE

Ao se estudar a ambiência organizacional instalada do sistema FUNECE/UECE, com suas devidas competências, identifica-se uma lacuna no que diz respeito à gestão de pessoas em termos amplos. Não há um planejamento estratégico que vise à formação do seu corpo funcional fundado no estímulo e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem, além de gerir, potencializá-lo, seja ele servidor docente ou técnico-administrativo. Tão pouco há políticas para previsão de necessidades de novos profissionais na razão direta do surgimento de novos tipos de atividades laborais.

Cabe ressaltar que a realidade posta não se instalou há pouco nesta Instituição de Ensino Superior (IES), pois se formou ao longo dos anos de sua existência, cabendo lembrar que houve um lampejo indicativo de mudança desse pensar e agir, fundado no olhar para as pessoas e no entendimento dos seus papéis junto à Instituição, ocorrido no ciclo de 1992 a 1996, momento em que se instituiu o Departamento de Recursos Humanos – DRH, mesmo composto de uma estrutura informal, uma vez que a estrutura organizacional da FUNECE permanecia com a denominação oficial de Departamento de Pessoal – DEPES.

A partir de então, as gestões seguintes deram ênfase no programa de capacitação e desenvolvimento do pessoal docente, não pelo desejo de dar continuidade aos trabalhos iniciados, mas por uma questão compulsória de composição do quadro de servidores docentes, exigida pela MEC/CAPES no tocante à obrigatoriedade de se ter professores titulados como mestres e doutores.

Há que se destacar a visão míope e totalmente desfocada que permeia essa Instituição de Ensino Superior (IES) consubstanciada na ausência do entendimento dos papéis de seu corpo funcional, ou seja, dos servidores docentes e técnico-administrativos, pois enquanto o primeiro grupo se destina ao cumprimento das atividades fim (aqui entenda-se o ensino, a pesquisa e a extensão), o segundo tem por competência original prestar o suporte indispensável à consecução plena desses objetivos Institucionais, compõem, portanto, o conjunto das atividades meio.

É mister se ter em mente que a estrutura organizacional do sistema FUNECE/UECE está caduca e ultrapassada, principalmente em se tratando da gestão das pessoas que compõem o seu quadro funcional, haja vista que o programa de capacitação e desenvolvimento do servidor docente é fundado simplesmente no atendimento de obrigação compulsória, enquanto que o servidor técnico-administrativo não é contemplado com qualquer modalidade de capacitação e desenvolvimento, ou seja, continua à mercê de anseios e desejos de si mesmo e sem o devido apoio e estímulo institucional.

A política de pessoas dessa Instituição de Ensino Superior (IES) restringe-se à execução parcial dos planos de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) destinados a cada categoria, somado aos serviços de ordem legal e burocrática como folha de pagamento. Não há um organismo responsável e indutor de políticas de pessoal que contemple a proposição e execução de políticas, projetos, processos e ações institucionais mobilizados para resultados organizacionais e educacionais. Buscaremos promover o gerenciamento do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e interação de todos os servidores técnico-administrativos e docentes, contribuindo para a construção de uma nova ambiência propositiva que resulte, não apenas na excelência organizacional, mas que também propicie satisfação e motivação a todos que compõem o seu quadro de pessoal.

Fica evidente a necessidade de se propor a modernização da estrutura organizacional do sistema FUNECE/UECE e, no caso em análise, o da área de gestão de pessoas com a institucionalização e estruturação de uma Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, a qual deverá ser composta por Assessorias, Comissões, Coordenações e Células que cuidem da parte administrativa/legal, da qualidade de vida no trabalho, do desenvolvimento e capacitação e de programas de assistência a servidores ativos e aposentados, sejam docentes ou técnico-administrativos.

Cumprir lembrar que a criação da PROGEP é propositiva, portanto requererá um debruçar mais cuidadoso fundado num estudo da realidade posta e do que se almeja para o futuro da FUNECE/UECE sem fugir da sua razão de existência e papel junto à sociedade. Esta proposição será discutida de modo participativo com toda a comunidade universitária.

Assim, podem-se delinear algumas vertentes que caberão à PROGEP, tais como o estudo e desenvolvimento de iniciativas diagnósticas de planejamento, de organização, de execução e de avaliação de resultados, sem fugir da observância da conformidade legal e normativa, ao mesmo tempo que concilia e se utiliza dos princípios participativos, colaborativos e do trabalho em equipes multifuncionais, privilegiando as parcerias internas e externas para otimizar o uso dos recursos públicos.

Embora sejam propositivas as ações descritas, consideramos inconcebível a aceitação da atual ambiência da FUNECE/UECE, principalmente em termos da gestão de pessoas, que apresenta carências várias acumuladas historicamente. Portanto, é hora de se fazer uma UECE diferente também na gestão de pessoas.

2.2. Melhorias organizacionais

2.2.1. Desenho Organizacional

Propomos revisão da atual estrutura organizacional da UECE de modo que, mesmo buscando dialogar com as especificidades da modelagem estrutural definida pela Seplag/CE, privilegie as nuances próprias de uma organização do conhecimento, caracterizada notadamente pelo modelo de decisão colegiado, em que se prima pela participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, além do fato de precisar lidar com rápidas mudanças e alto grau de incerteza na condução dos processos que sofrem influência externa.

Desta forma, espera-se que, com esta nova estrutura, seja dada mais agilidade, flexibilidade e transparência à gestão, o que entendemos ser possível mediante uma estrutura mais orgânica, capaz de se reorganizar a cada novo projeto, valorizando as competências de nosso pessoal ao estimular a integração das Pró-reitorias (administração superior) com Centro/Faculdade/Instituto Superior (administração intermediária) por meio de equipes *ad hoc*.

A proposta de remodelagem organizacional será encaminhada para o órgão de Governo competente contemplando exposição de motivos, dimensionamento da força de trabalho necessária ao funcionamento do novo modelo, repercussão financeira, definição da equipe responsável por acompanhar e discutir a avaliação e a implementação da proposta e instrumentos legais necessários.

Também propomos que a comunidade acadêmica seja convidada a participar das reuniões de trabalho, bem como o resultado deve ser submetido ao conhecimento da comunidade acadêmica antes do encaminhamento dos instrumentos legais necessários à formalização da proposta de modelagem organizacional.

2.2.2. Redesenho de processos

Para dar coerência à nova estrutura, também será necessária a melhoria dos processos. Para tanto, propomos a criação de equipe multidisciplinar que deverá ter a função de promover, assegurar e apoiar o redesenho, além de coordenar as mudanças entre e nos setores da UECE, bem como proporcionar os conhecimentos e as condições necessárias para que a equipe local (no setor) possa implantar as mudanças previstas.

Desta forma, entendemos que a identificação dos processos que precisam ser melhorados e o efetivo compromisso com as melhorias, definidas pela coletividade responsável pelo processo, irá contribuir para ampliar o padrão de qualidade da Universidade, assim como será possível alterar, para melhor, o seu desempenho.

Cabe ainda ressaltar que o redesenho de processos também será fundamental para dar sentido ao nosso propósito de termos uma gestão acadêmica inovadora, transparente e mais humana.

Seguem alguns exemplos de processos que podem ter seus procedimentos revistos: afastamento para pós-graduação, aposentadoria, avaliação de desempenho, colação de grau, matrícula etc.

2.2.3. Virtualização de processos

A utilização de tecnologias digitais para apoio à gestão já é consolidada em instituições públicas e privadas dos diversos setores. Em particular, o sistema federal de ensino, nas suas Universidades e Institutos Federais, implantou novas tecnologias para trâmites de processos. Propomos a virtualização de processos na UECE como uma ferramenta auxiliar às ações de racionalização de processos. Em uma situação ideal, teremos todos os processos internos tramitados virtualmente, reduzindo sensivelmente o fluxo de papel na UECE, o que traz maior celeridade, transparência e segurança em nossos processos, além de ser uma ação promotora de sustentabilidade. Haverá, com a implantação desses sistemas, acesso aos serviços para as unidades da UECE no interior com mesma celeridade que se oferece aos Centros, Faculdades e Instituto localizados na capital. Há que se destacar a redução de recursos humanos alocados na análise de documentos, haja vista a integração entre os diversos bancos de dados existentes na Universidade e que hoje ainda não dialogam.

Processos como aproveitamento de disciplinas, serviços de bibliotecas, entregas de documentos para ACC, ascensões funcionais de servidores docentes e técnico-administrativos, pedidos de contratação de professores temporários ou visitantes, dentre outros inúmeros serviços terão seu tempo de trâmite reduzido, melhorando a qualidade do ambiente de trabalho e dos serviços prestados pela UECE.

2.3. Mudanças em setores estratégicos

2.3.1. Reitoria

Consideramos que, para melhor desempenho da administração superior, é importante promover ações de descentralização, levando a solução dos problemas para próximo de onde eles acontecem e do público diretamente afetado. Neste sentido, propomos redistribuição de órgãos ligados à Reitoria, passando para Pró-reitorias e/ou Centros, mantendo apenas assessoria e apoio.

Será implantado o projeto “Reitoria Aqui”, com presença sistemática e periódica da Administração Superior nos Centros, Faculdades, Instituto Superior e setores administrativos da UECE, na capital e interior, permitindo a comunicação mais próxima com professores, pessoal técnico-administrativo e estudantes, além do acompanhamento e prestação de contas de ações da administração.

2.3.2. Pró-reitorias

Redução nas estruturas organizacionais de Pró-reitorias, realocando órgãos executores para junto dos Centros, Faculdades e Instituto Superior, aproximando a solução dos problemas a quem deve ser atendido. Ademais será realizado o redesenho para que assuma prioritariamente papel de planejamento, coordenação, acompanhamento e implementação das políticas em suas áreas específicas.

2.4. Acompanhamento discente

2.4.1. Programas de acompanhamento acadêmico ao discente na graduação

O acompanhamento dos estudantes de graduação faz-se necessário, dado o grande investimento financeiro e pessoal em sua formação. O Programa de Acompanhamento do Discente (PRADIS) tem como objetivo principal assegurar a finalização da graduação de alunos que atingiram o prazo máximo de conclusão e, conseqüentemente, reduzir o tempo utilizado para a conclusão da graduação, bem como o abandono de curso, elevando, portanto, a taxa de sucesso da graduação. O Programa visa ao acompanhamento de alunos que já excederam o tempo máximo para a integralização de seus créditos. A partir da adesão ao Programa, o aluno é acompanhado pela Coordenação do curso, com base em um Plano Individual de Curso (PIC) elaborado pela Coordenação. No primeiro ano de implantação do Programa, 80% dos estudantes que ingressaram no PRADIS estavam matriculados há mais de 10 anos na UECE. Desses apenas 2% continuam cursando e acompanhados pelo PRADIS. Em 2016, o perfil dos estudantes ingressantes no PRADIS foi modificado, apontando que apenas 7% dos alunos têm mais de 10 anos na graduação. Em 2017, somente 4% dos alunos que ingressaram no PRADIS estavam na UECE há mais de 10 anos. Em 2018, só 01 (um) aluno que ingressou no PRADIS estava na UECE há mais de 10 anos.

Como a informatização da matrícula PRADIS foi implantada em 2016.1, a partir daquele semestre os alunos voltaram a realizar suas matrículas no sistema aluno online e, por consequência, têm direito às três fases de matrículas. Porém, como foram realizadas alterações/adaptações do sistema de matrículas para permitir a gestão dos alunos PRADIS, alguns ajustes ainda precisam ser realizados no sistema para que o número de matrículas para estudantes que efetuaram mudança de curso não sejam indevidamente inseridos no PRADIS e para que seja reduzido o número de matrículas presenciais que ainda são realizadas. No ano de 2018, semestres 2017.2 e 2018.1, foram realizadas 227 matrículas presenciais. Dessas, pelo menos 50% poderiam ter sido realizadas pelos estudantes, no sistema aluno online, caso o sistema de matrícula estivesse preparado adequadamente. Essas mudanças no sistema serão implementadas e haverá integração com outras ferramentas de acompanhamento discente, como o uso de Big Data descrito neste plano de trabalho.

O PRADIS é um programa de caráter corretivo, porém há a necessidade de ações que previnam que estudantes ultrapassem o prazo máximo de conclusão de seus cursos. Nessa

perspectiva, foi criado o Programa Sucesso na Graduação – PSG, como complementação ao PRADIS, uma vez que anteciparia o acompanhamento dos estudantes na conclusão dos seus Cursos de Graduação. Este Programa Sucesso na Graduação, mesmo tendo extrema relevância, teve sua implantação descontinuada pela atual gestão da UECE.

Serão retomados e aperfeiçoados os programas de acompanhamento de modo a levar o Coordenador a apropriar-se da condição específica de cada aluno, considerando suas necessidades no ato da oferta semestral de disciplina. Dessa forma, espera-se que a curto prazo seja possível eliminar o PRADIS, haja vista que o aluno não mais terá atrasos no curso que justifiquem as medidas do programa. Reiteramos que haverá integração plena com as novas tecnologias de acompanhamento apresentadas neste plano.

2.4.2. Uso de novas tecnologias e Big Data

Ação costumeira em sistemas educacionais que obtêm sucesso no desempenho discente é a utilização de Big Data. As Instituições de Ensino Superior detêm em seus bancos de dados uma quantidade enorme de registros referentes aos discentes que pode ser utilizada para a promoção do sucesso acadêmico.

Várias são as formas de aquisição de dados dos estudantes pelas Universidades, seja em cursos presenciais ou na modalidade de educação a distância. Existem dados que são tradicionalmente “colhidos” pelas IES, a exemplo dos campos recebidos por meio do preenchimento de formulários nas matrículas. No momento em que o estudante ingressa na Universidade, formulários são preenchidos com dados referentes à escolarização anterior do aluno, dados socioeconômicos, familiares etc. Há, também, os dados que são coletados ao longo da vida acadêmica do aluno, como sua frequência, desempenhos nas disciplinas cursadas, quantidade de reprovações em uma mesma disciplina, participação como bolsista (Iniciação Científica, Monitoria, PET, etc.), nível de utilização da biblioteca, entre outros.

A quantidade de dados dos discentes existente na Universidade é muito grande. Por meio de sistemas computacionais, as Universidades podem e devem utilizar essa gama de dados para produzir informações que auxiliem a gestão educacional, os professores e o próprio aluno na gestão do aprendizado.

Quando pensamos em Big Data na UECE nos deparamos com os seguintes questionamentos: Qual a política de coleta e armazenamento de dados dos discentes na UECE? Qual é a política de privacidade dos dados? Como esses dados são utilizados para a promoção

do sucesso acadêmico? Que estudos estatísticos são realizados com esses dados? Que ações efetivas são realizadas como resultado da análise desses dados?

Na UECE a utilização desses dados pode e deve ser diferente. Ações que viabilizem a utilização de dados para a promoção do sucesso acadêmico discente pode ser realizada por meio de:

- criação de políticas de coleta, armazenamento, preservação e privacidade de dados;
- oferta de formação docente para a utilização de dados nos processos de ensino e de aprendizagem;
- elaboração sistemática de estatísticas de desempenho estudantil;
- utilização dos dados dos discentes para a elaboração de predições de desempenho, objetivando evitar o insucesso acadêmico;
- disponibilização de informações ao corpo docente que contribuam com os processos de ensino;
- disponibilização de informações ao corpo discente que viabilizem o gerenciamento dos processos de aprendizagem;
- desenvolvimento de sistemas computacionais que ofereçam um gerenciamento de aprendizagem personalizado com base em dados.

O volume de dados que a UECE detém dos alunos possui grande potencial no auxílio dos processos de ensino e de aprendizagem. A utilização adequada desses recursos pode favorecer o bom desempenho acadêmico e, por esse motivo, não pode ser negligenciada. Esses dados, quando coletados e analisados, poderão servir para a tomada de decisões que evitem reprovações, abandonos e evasões no corpo discente. Existem pesquisas produzidas na UECE, por membros de seu corpo docente, que são de vanguarda no campo da tomada de decisões baseada em grande volume de dados (Big Data). Uma UECE diferente irá dialogar com seus pesquisadores e promover a aplicação do resultado de pesquisas que poderão contribuir com a UECE no tocante ao sucesso acadêmico de seus estudantes.

2.5. Programas de fortalecimento das licenciaturas

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) são iniciativas financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, que visam melhorar e valorizar a formação de professores para a educação básica. São programas que propiciam a inserção e vivência do estudante de licenciatura, diferentes áreas de conhecimentos, na escola pública de educação básica sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor do ensino básico. Esses programas têm por finalidade propiciar ao estudante de licenciatura o desenvolvimento de diferentes atividades didático-pedagógicas no âmbito escolar, além de prepará-lo para o enfrentamento dos dilemas/desafios do exercício docente futuro, de modo que a dicotomia entre teoria e o campo da prática seja amenizada. Concomitantemente, esses programas também propiciam melhorias a formação dos professores do ensino básico.

Pontuamos que houve avanços no campo da formação de professores em todo o País com a criação desses programas, particularmente com o aumento das áreas das licenciaturas contempladas. Porém, houve também alguns recuos que comprometem o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Esses recuos vêm sendo alinhados com a política educacional do governo federal, da qual discordamos. A saber:

- A cota de bolsas concedidas às IES representa um número pequeno frente ao grande número de estudantes de licenciatura matriculados nas universidades e faculdades;
- Participação de IES particular nos programas, o que compromete a expansão do recurso financeiro para as IES públicas;
- Valor da bolsa permanece o mesmo nos últimos anos, o que indica uma desvalorização da profissão, diminuindo o interesse do estudante da licenciatura pela carreira docente;
- Diminuição orçamentária de custeio para a execução de atividades didático-pedagógicas nas escolas.

Posto isto, propomos que haja programas na UECE que internalizem ações de incentivo à docência, à valorização da profissão docente e que mantenham aproximação da relação entre Universidade e a escola pública de ensino básico, reduzindo nossa dependência aos programas federais. Podemos citar, como exemplo, a criação de programas em que o estudante de licenciatura possa atuar como monitor para os alunos da educação básica e/ou desenvolver atividades extracurriculares para alunos e professores desse nível da educação escolar.

A proposição desses e outros programas será feita, acompanhada e avaliada pela Comissão Geral da Política Institucional de UECE de Formação Inicial e Continuada de Professores, instalada na UECE em abril de 2018 e que não teve ainda atuação de impacto, tendo apenas servido para cumprimento de exigências da CAPES para habilitação da UECE na inscrição de programas como PIBID e Residência Pedagógica.

2.6. Educação a distância na UECE

A Educação a Distância (EaD) está presente nos sistemas educacionais de vários países. As instituições de ensino superior no Brasil, inseridas nesse contexto, acompanham o crescimento da EaD e investem nessa modalidade de ensino. Isso não é diferente na Universidade Estadual do Ceará, que tem ofertado cursos em EaD nos níveis de graduação e pós-graduação.

Esses cursos são realizados em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, em relação a essa oferta, aspectos importantes devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito aos profissionais envolvidos no labor desses cursos. O trabalho desenvolvido pelos profissionais no sistema UAB/UECE, sejam professores, tutores ou pessoal técnico administrativo dos cursos, é realizado pela concessão de bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diante desse quadro e das mudanças político-administrativas vivenciadas nos últimos anos com relação à disponibilização de recursos para a educação no Brasil, algumas perguntas são pertinentes: Quais ações a UECE vem realizando para a manutenção dos cursos na modalidade EaD, caso houvesse a finalização da parceria entre a UAB e a UECE? Como a UECE manteria a permanência de professores, tutores, coordenadores e pessoal técnico administrativo dos cursos sem a parceria da fomentadora dessas bolsas? Que estratégias estão sendo pensadas para a consolidação de cursos na modalidade de educação a distância exclusivos da UECE?

Um segundo aspecto de interesse de trabalho na EaD está relacionado ao acompanhamento discente. Qualquer sistema educacional precisa, para obter êxito, que seus alunos sejam acompanhados em suas caminhadas acadêmicas, e isso não é diferente na EaD. Estar atento às necessidades dos alunos é primordial para a obtenção de bons desempenhos por parte dos estudantes. O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado na UECE para a oferta dos cursos na modalidade EaD é o software livre Moodle. Com base nessas informações, temos mais alguns questionamentos: O que a UECE oferece para além do ambiente Moodle?

Como são ofertadas as aulas de disciplinas que precisam de laboratórios? Como são ofertados e viabilizados os estágios para os cursos em que há essa exigência? Há um acompanhamento individualizado do corpo discente? Que ações são realizadas objetivando a diminuição do número de reprovações, abandonos e evasões nos cursos ofertados?

Com base nesses questionamentos, nosso plano de trabalho propõe o fortalecimento da EaD na UECE por meio de ações como:

- captação de recursos financeiros para além das bolsas ofertadas pela CAPES;
- discussão nos colegiados para o planejamento e a criação de uma política interna que consolide a oferta dos cursos a distância;
- oferta frequente e periódica dos cursos alinhada à demanda regional e de públicos específicos;
- melhorias nas condições de trabalho dos professores e tutores dos cursos;
- formação contínua para professores e tutores com relação ao trabalho com EaD;
- melhoria no ambiente virtual de aprendizagem utilizado na UECE;
- disponibilização de laboratórios de acordo com as necessidades dos cursos ofertados;
- maior viabilização e acompanhamento discente para os cursos que exigem estágio;
- disponibilização de sistema de aprendizagem personalizada;
- disponibilização de acessos aos cursos por meio da nota do ENEM;
- reoferta, em tempo hábil, de disciplinas nas quais os alunos tenham reprovado;
- políticas de diminuição das reprovações, evasões e abandonos;
- ações que promovam a participação e o bom desempenho no ENADE;
- avaliação e divulgação periódica dos cursos ofertados.

Fazer Educação a Distância da forma que aqui apresentamos é extremamente viável e possível. A EaD promove democratização do ensino, levando acesso aos cursos de graduação e pós-graduação aos mais diferentes locais do Ceará, sempre alinhada aos interesses regionais. Particularmente, onde a UECE não possui *campus* ou não reúna condições institucionais de oferta regular.

2.7. Construção e implementação de política institucional de inovação

2.7.1. Criação da Agência de Inovação

A Política de Inovação da UECE será sustentada por uma Agência de Inovação (AI), para promover a inovação tecnológica e empreendedorismo de forma integrada, sempre articulada com as políticas institucionais de Pós-graduação e Pesquisa, de Extensão e de Ensino. A Agência será dotada de personalidade jurídica e dará suporte à execução financeira do Escritório de Projetos; Núcleo de Inovação Tecnológica e Social; Incubadora de Empresas e Parque Tecnológico. Haverá alinhamento com as leis de inovação Federal e Estadual, de modo que a Agência estará apta a captar recursos de agências de fomento estadual e federais em editais ligados à inovação. A criação da AI fortalecerá a UECE, colocando-a também como provedora de soluções para a sociedade civil, o setor produtivo e o governo.

O Núcleo de Inovação Tecnológica, estrutura hoje existente e com subutilização frente à sua capacidade de atuação na UECE, passará a tratar também de inovação social, propondo, incentivando e apoiando iniciativas com potencial de desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil, sem necessariamente estar restrito a inovações que resultem em patentes e congêneres. Com essa nova estrutura e atribuições, será renomeado como NITS, Núcleo de Inovação Tecnológica e Social. Também no NITS serão realizadas ações de sensibilização para inovação tecnológica em educação, alargando nossa atuação para além da fundamental e socialmente relevante tarefa de formar professores nas licenciaturas.

AI será gerida por uma comissão composta pelos seguintes membros executivos:

I – Escritório de Projetos;

II – Núcleo de Inovação Tecnológica e Social;

III – Incubadora de Empresas e Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (INCUBAUECE); e

IV - Parque Tecnológico da UECE.

Compete à Agência de Inovação:

I – Buscar e gerenciar orçamento para as ações de inovação e empreendedorismo;

II – Estimular a proximidade da assessoria de comunicação com laboratórios de todas as áreas de conhecimento e pesquisadores da UECE para divulgação dos resultados de ações à sociedade;

III – Promover ações de inovação tecnológica e social e empreendedorismo em eventos realizados pela UECE, como por exemplo a Semana Universitária.

Dentro da Política de Inovação e Empreendedorismo, a Câmara de Inovação e Empreendedorismo (CIE) permanece como um fórum consultivo na implementação e aprimoramento dessa Política.

Cabe ao CIE opinar sobre assuntos referentes à aplicação da Política de Inovação da UECE e sua adequação à legislação referente ao tema.

Os entes que comporão a AI, descritos abaixo, terão autonomias nas suas atividades.

Escritório de Projetos

O Escritório de Projetos (EP) deverá ser composto por profissionais docentes e pessoal técnico-administrativo com competência na gestão de projetos.

O EP deverá coordenar e consolidar as ações referentes à proposição e à execução dos projetos captados e executados por Unidades ou Pesquisadores em parceria com as Fundações de Apoio, Agências de Fomentos e outras instituições nacionais e/ou internacionais que venham a financiar projetos e pesquisas executadas pela UECE.

Ao EP compete:

I – Elaborar e/ou apoiar a elaboração de projetos;

II – Relacionar-se com intervenientes financeiros;

III – acompanhar, junto à entidade interveniente, a execução de projetos captados por Unidades e Pesquisadores.

Núcleo de Inovação Tecnológica e Social da UECE

O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT foi criado pela Resolução nº 392 do Conselho Diretor da FUNECE, no dia 15 de janeiro de 2010. Será elaborado novo regramento com a inclusão de inovação social em suas missões e desligamento da PROPLAN, Pró-reitoria que atualmente o acompanha.

Incubadora de Empresas e Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

A Incubadora de Empresas e Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UECE (INCUBAUECE) foi criada pela Resolução nº 814 do CONSU da FUNECE, em dia 29 de setembro de 2011.

Parque de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Parque de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (TECPARQUE) foi criado pela Resolução nº 176 – CONSU, em dia 14 de novembro de 1997.

2.7.2. Redes de PD&I

Incentivar a organização de redes de pesquisas internas de forma a estimular pesquisa, desenvolvimento e inovação interdisciplinares, fomentando a criação de estruturas colaborativas em rede com laboratórios e pesquisadores de diversos Centros/Faculdades/Instituto na capital e interior. O estímulo à formação de redes reduz a necessidade de investimentos de grande porte, pois promove o uso racional e compartilhado de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura. Essas redes promoverão uma maior interação entre as diversas competências da UECE, trabalhando em uma visão estadual e sempre comprometida com o crescimento socioeconômico de nosso povo.

2.8. Projetos especiais

Nesta categoria, são apresentadas propostas que impactam nos três eixos de nosso programa. Será implantada uma política cultural na UECE com a participação de todos os segmentos e em todos os *campi*, destacando-se entre as ações o Circuito de Arte e Cultura da UECE (CAU). Também nessa categoria, incluímos a criação e a implantação de uma política de sustentabilidade na Universidade, incluindo ações como: tratamento e possível reaproveitamento energético de resíduos sólidos e líquidos; redução de uso de papel com a virtualização de processos; ações educativas promovendo uso racional de recursos energéticos e materiais na UECE e uso de fontes alternativas de energia. Por fim, mas com impacto especialmente nas unidades da UECE fora da capital, pactuaremos com a comunidade universitária e Governo soluções que forneçam mais autonomia administrativo-financeira às unidades do interior.

3. Humanização

3.1. Condições de trabalho e estudo

A UECE acumula gargalos em alguns setores cujo funcionamento pleno é basilar para toda a instituição. As limitações, compartilhadas por essas instâncias, são tanto de natureza infraestrutural quanto de pessoal.

As instalações físicas dos arquivos corrente, intermediário e permanente do DEG e do DEGEP estão extremamente deterioradas, trazendo elevado risco de extravio de acervo documental. Em caráter emergencial, deverá haver reformas para acomodação segura de arquivos, buscando-se como solução definitiva a digitalização do acervo.

O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (comumente referenciado como DI) acumulou carências de pessoal, de equipamentos e de infraestrutura que há tempos refletem na qualidade dos serviços prestados, tendo-se mantido funcionando mais pelo empenho individual do pessoal técnico-administrativo no setor do que pelo apoio institucional.

O setor de transporte também tem acumulado severas deficiências que passam pelas instalações físicas, incompatíveis com a necessidade de repouso e permanência qualificada dos motoristas, até a realização de viagens sem o aporte de diárias em tempo hábil para custear as despesas de permanência em viagens.

A condição de baixa renda de muitos estudantes da UECE, na capital e no interior, exige ações eficazes que garantam sua permanência com qualidade na UECE. Para tanto, serão negociados recursos com o Governo Estadual com vistas à ampliação do programa de residência universitária e de restaurantes universitários/refeitórios para mais unidades da UECE, assim como aumento das bolsas PBEPU para 12 meses e garantia de que sua distribuição aconteça em duas chamadas durante o ano, uma em cada semestre letivo.

Finalmente, mas não menos importante, há que se resolver emergencialmente problemas na infraestrutura de salas de aula, espaços administrativos e laboratórios didáticos na capital e nos *campi* do interior que ainda apresentem essas carências.

Nosso plano de trabalho prevê ações emergenciais e pactuação de medidas de longo prazo para corrigir esses problemas com redefinição das prioridades no uso de recursos da UECE, além de buscar incremento nos investimentos de Governo.

3.2. Atenção à saúde mental

A Universidade configura-se como um espaço que comporta uma complexidade, tanto em sua arquitetura setorial, dada a diversidade de cursos, com suas demandas internas e aquelas relacionadas à sociedade. Temos uma academia historicamente permeada pelo exercício de uma intelectualidade, de um fazer ciência sem a presença de uma atenção contínua ao que constitui os processos de investigação, (re)criação e de ensino-aprendizagem. Não temos dúvida de que avançamos em uma multiplicidade de áreas do conhecimento, que são responsáveis por significativas melhorias das condições de vida na sociedade. Entretanto e, paradoxalmente, parece que o contexto acadêmico também se tem tornado espaço de sofrimento psíquico e mesmo de adoecimentos, em seus diferentes segmentos, como sinalizam estudos na área.

Sabemos que os processos de sofrimento e de doenças mentais não podem ser reduzidos a explicações simplistas e nem estão desconectados de uma teia social, econômica e histórica, e ao mesmo tempo singular de acontecimentos que muitas vezes transcendem ao espaço da Universidade. Contudo, mesmo ciente dessa complexidade, precisamos estar atentos aos fatos a que assistimos cotidianamente nos corredores da Universidade e que nos afetam e desafiam, em relação ao mal-estar que se apresenta nesse ambiente. Nossas observações diárias, apontam para a necessidade de desenvolvermos políticas de saúde mental na UECE, como formas de melhoria das condições de estudo, de trabalho e de promoção da qualidade de vida para a comunidade acadêmica.

A compreensão sobre saúde mental na Universidade abrange, mesmo que em médio prazo, uma discussão sobre os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, sobre as relações e condições de trabalho/estudo na Universidade, assim como a organização de eventos, em especial, a Semana Pedagógica e o Fórum de Coordenadores. É uma temática que, impreterivelmente, suscita debates acerca dos objetivos de uma formação universitária, sobre as concepções de humano e de saúde implícitas nos currículos (na profissão a seguir), a ética na relação professor-aluno e os espaços dialógicos que podem ser criados no campo educacional. Essas reflexões são fundamentais para que compreendamos que o bem-estar, a saúde emocional e a qualidade das relações que travamos com o outro, seja discente, servidor docente ou servidor-técnico administrativo (efetivo ou terceirizado). Para isso, deve haver discussões abrangendo

elementos intersubjetivos, sociais, a singularidade de cada um e, indubitavelmente, os aspectos políticos, econômicos e pedagógicos que constituem a Universidade.

Nessa perspectiva, o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como o ambiente laboral da academia, precisam ser concebidos como atividades que mobilizam não aprendizagens que visam apenas a um produto ou a uma inserção no mercado de trabalho, mas como um conjunto de ações que implicam processos de conhecimentos científicos, de múltiplos saberes, de desenvolvimento de pessoas e de condições de vida. E é, nesse sentido, que precisamos de um *locus* de conhecimento estimulante, acolhedor e dialógico para discentes, professores e pessoal técnico-administrativo.

Focamos inicialmente na política estudantil, mas compreendemos não ser possível desvincular a atenção ao aluno, a preocupação com sua saúde psíquica e qualidade de vínculos, sem considerá-lo também em sua relação com o docente. Do mesmo modo, é fundamental pensarmos a relação desses dois segmentos com as demais instâncias da Universidade, trabalhando políticas de saúde que abranjam o conjunto de pessoas que a integram.

Acreditamos que a melhoria das condições de ensino-aprendizagem, dos processos intersubjetivos e de saúde dentro da UECE, está intrinsecamente conectada às relações dialógicas que são possibilitadas. Nessa direção, uma política de acolhimento e cuidado implica, em primeiro plano, a abertura de espaços de escuta das demandas de cada curso, setor e segmento profissional. A partir de escutas ativas, planejaremos ações de atenção e cuidados que partam das necessidades dos próprios sujeitos implicados para, assim, podermos (re)construir o que planejamos, transformando os discursos numa experiência concreta.

Consideramos essencial que setores que já desenvolvam ações de atendimentos a alunos, por exemplo, possam ter a oportunidade de ampliar seus trabalhos, tanto com o aumento no número de profissionais, quanto na ampliação de recursos de caráter material/infraestrutural. Além da ampliação dos espaços de acolhimento e atendimento psicológico que já existem, torna-se urgente a criação de novos ambientes de cuidados e de promoção de saúde. Buscaremos expandir todas essas ações para as unidades da UECE no interior, tratando-as com a mesma atenção dada à capital.

É importante salientarmos que aqui falamos de uma concepção de saúde que não se reduz a uma visão biológica ou individualizante dos processos de sofrimento/adoecimento, mas que considera também seus aspectos sociais e econômicos, assim como as condições de existência concreta dos sujeitos. Partindo dessa perspectiva, pensamos que a Universidade pode ser um espaço de desenvolvimento científico, profissional e, concomitantemente, de construção

cultural, de dialogia e de laços sociais, que são elementos essenciais para a prevenção de sofrimentos/adoecimentos e promoção de saúde.

3.3. Política de acessibilidade

Partimos do princípio de que acessibilidade é para todos. Significa acesso, participação, inserção, inclusão, independente das características pessoais, ideológicas, econômicas e sociais de cada indivíduo.

Pensamos e planejamos uma UECE Acessível, que atenda às demandas daqueles que fazem parte de sua rotina diária ou que momentaneamente integrem as suas dependências físicas, acadêmicas e administrativas. A UECE Diferente e acessível que faremos acolhe os professores, pessoal técnico-administrativo, estudantes e demais membros da sociedade com ou sem deficiência, com limitações temporárias ou permanentes.

Sendo assim, focaremos nossas ações em três grandes eixos de ação:

- Acessibilidade atitudinal;
- Acessibilidade arquitetônica;
- Acessibilidade pedagógica.

A acessibilidade atitudinal diz respeito à desmistificação de preconceitos, estigmas, estereótipos ou qualquer outro tipo de discriminação entre os indivíduos. Para a concretização de uma UECE acolhedora das diferenças, realizaremos ações compartilhadas, dialogadas e discutidas por todos que a integram.

Em relação à acessibilidade arquitetônica, queremos garantir o acesso de todos às dependências físicas da UECE, na capital e interior. Rampas, corrimões, pisos adequados, portas, mobílias, equipamentos/ferramentas de trabalho devem estar ao alcance de toda a população que faz parte da UECE ou que nela circula.

Destinaremos maiores esforços na concretização de uma UECE pedagogicamente acessível. Isso significa dizer que professores, pessoal técnico-administrativo e estudantes terão condições de trabalhar, de estudar, independentemente de suas limitações. Ações formativas na área de Educação Especial e de Educação Inclusiva para os docentes são primordiais, considerando que nossos estudantes demandam respostas diferentes às suas necessidades acadêmicas de aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

Aos servidores técnicos-administrativos, a participação em eventos, que propiciem o conviver com as diferenças, são imprescindíveis. É preciso que esses estejam sensibilizados para lidar com o público diverso que adentra a nossa Universidade. Cursos, oficinas, palestras e outros sobre acessibilidade e inclusão deverão ser ofertados aos servidores e demais interessados na temática, com o intuito de tornar a UECE acessível em suas ações.

A implementação de nosso plano de trabalho tornará a UECE acessível a partir da adoção de uma política de inclusão institucional com a criação de uma secretaria, que desenvolva o respeito às diferenças, que acolha e atenda às necessidades singulares de cada indivíduo, independentemente de sua crença, raça e posicionamento político.

4. Transparência

Faremos, como uma das primeiras ações da nova gestão, a implantação e publicização compulsória de critérios para alocação de recursos humanos e financeiros nos diversos setores da UECE. Em especial, priorizaremos a construção de regimentos sobre remoções motivadas por saúde e pelo que genericamente seria chamado de interesse institucional. As coordenações de projetos institucionais também serão indicadas a partir de critérios que democratizem o acesso e priorizem a qualificação do interessado, sempre buscando melhorar nossa atuação institucional.

Ademais, redefiniremos a relação institucional com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO), a fim de dar transparência no uso de recursos da UECE geridos pelo Instituto, além de evitar a indicação de parentes de gestores da UECE para o corpo técnico do IEPRO. Propomos que haja seleção de pessoal focada apenas em critérios técnicos.